

FAVELAS EM SÃO PAULO – CENSOS, CONSENSOS E CONTRA-SENSOS¹

Suzana Pasternak

1. INTRODUÇÃO

A reconstituição histórica das diferentes formas de habitar tem sido objeto de estudo entre pesquisadores brasileiros. Mas, no caso específico de São Paulo, uma lacuna permanece aberta – a que diz respeito ao aparecimento e difusão pelo espaço da cidade de um forma de morar presente em todo o país e cuja denominação passou a integrar até mesmo o vocabulário acadêmico internacional : a favela.

Em São Paulo julga-se que as primeiras favelas apareceram na década de 1940. O Diário de São Paulo (1.10.1950) relata uma pesquisa feita pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura de São Paulo (hoje extinta) sobre a favela do Oratório, na Mooca, zona leste de São Paulo, onde naquela época moravam 245 pessoas, em moradias de tábuas, com apenas 6 vasos sanitários para uso de todos. Também no mesmo ano encontrou-se referência à favela da rua Guaicurus, na Lapa (zona central), com 230 domicílios e 926 pessoas. No Diário de São Paulo de 6.08.1950 um artigo sobre a favela do Ibirapuera (27 domicílios, 144 pessoas) já comentava que os moradores desse assentamento eram moradores pobres e não vadios e malfeitores, fortalecendo uma evidência empírica retomada na década de 70. Datam também da década de 1940 a favela Ordem e Progresso, na Barra Funda, zona central do município (hoje erradicada), a favela do Vergueiro, na zona sul (também erradicada) e a de Vila Prudente, na zona leste, ainda existente. “Em 1957 apurava-se na capital de São Paulo um total de 141 núcleos com 8.488 barracos e cerca de 50.000 favelados” (FINEP/GAP, 1985, p 66, relatando o convênio CASMU com a Confederação das Famílias Cristãs para a solução das favelas).

Embora presente, o fenômeno favela em São Paulo só vai se desenvolver em larga escala nos anos 70. A montagem de um Cadastro de Favelas na Secretaria do Bem Estar Social, em 1973, permitiu uma mensuração bastante exata do número de favelas e domicílios. Nas moradias, aplicou-se um formulário abrangente, numa amostra ampla, sobre caracterização domiciliar e populacional. Através do dado pessoas por unidade domiciliar, foi estimado o número da população favelada total. Em 1973/74 a população favelada paulistana não alcançava 72 mil pessoas (71.840), cerca de 1,1% da população municipal.

Atualização do Cadastro de 1973/74 foi feita em 1975, com nova contagem de favelas e domicílios favelados, possibilitada por vôo de helicóptero. Não se fez nova pesquisa de campo amostral, considerando que o número de pessoas por unidade domiciliar se mantinha. A população favelada crescera para 117.237 pessoas, representando 1,6% da população do município.

1.1.1.1.1.1.1.1.1 _____

¹ O título deste trabalho foi parafraseado do livro da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) **Censos, consensos e contra –censos**, oriundo do III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos, Ouro Preto, junho de 1984

Em 1980, registros da ELETROPAULO(dezembro de 1985), com taxa de subenumeração estimada em 5%, segundo seus técnicos, e dados da pesquisa de campo IPT –FUPAM (Taschner, 1982), mostraram que a população favelada do município já alcançara 439.721 pessoas, 5,2% da população total do município. Em 1980, pela primeira vez para São Paulo, o IBGE, através do Censo Demográfico, contou a população favelada. O número publicado na Sinopse Preliminar não confere com a estimativa ELETROPAULO – IPT. Pelo Censo de 1980, a região metropolitana de São Paulo tinha 476.221 favelados, dos quais 335.344 no município. A diferença entre os dados censitários e os utilizados pela Prefeitura e pela academia já era visível, de mais de 100 mil pessoas. Introduzindo-se uma correção para os dados censitários (ver item 2.1) e lembrando que cerca de 22% da população favelada vivia em aglomerados de menos de 51 unidades, a população favelada IBGE corrigida alcançaria 409.120 pessoas, bastante próxima da estimativa de 439.721 da pesquisa de 1980 (diferença de 30.601, cerca de 7%).

Novo Censo de Favelas em 1987, realizado pela Prefeitura Municipal em 1987, usando metodologia semelhante à do Cadastro de 1973/74, encontrou o total de 812.764 moradores em favela no município, 8,9% da população municipal, em mais de 150 mil domicílios. Tanto os formulários utilizados na pesquisa de campo amostral como a metodologia e as definições utilizadas em 1987 foram compatíveis com as utilizadas em 1973,1975 e 1980. Os resultados, dessa forma, são comparáveis.

Em 1991, dados do Censo Demográfico fornecem 629 favelas, com 146.892 domicílios e 711.032 pessoas. Pela Prefeitura Municipal, em 1992, a cidade teria 1,071 milhões de habitantes, 11,3% da população municipal, em 1805 assentamentos. Entre 1987 e 1992 teriam se formado 236 novos aglomerados e 36 foram removidos.

Em 1993, nova pesquisa abrangente sobre as favelas e favelados do município é feita pela FIPE, por encomenda pela Prefeitura Municipal. Como resultado computaram-se 1,9 milhões de favelados, 19,8% da população municipal. A pesquisa FIPE utilizou metodologia distinta das anteriores, embora seus formulários de pesquisa contenham questões comparáveis com as dos Censos de 1973/4 e 1987. Como ponto de partida, utilizou o cadastro da pesquisa de 1987. E o conceito de favela foi o mesmo utilizado desde 1973. Foi desenhada uma amostra em dois estágios, com as favelas estratificadas por tamanho e Administração Regional. Os resultados, posteriormente, foram agregados para obtenção do total para a cidade de São Paulo. A pesquisa amostral foi efetuada em 3704 domicílios, distribuídos em 163 favelas, com 18.599 pessoas.

A pesquisa FIPE-SEHAB, ao basear-se na relação de favelas de 1987, mediu apenas o adensamento, deixando de lado as novas favelas. O erro total não deveria ser grande, pois novas favelas costumam ser pequenas – estimou-se seu tamanho médio em 15 domicílios, com 76 pessoas. Entretanto, é justamente nas novas favelas onde se encontram as situações de maior precariedade e de maior risco ambiental.

Percebe-se que as informações das pesquisas da Prefeitura Municipal e as dos Censos Demográficos não são coincidentes. Os bastidores das pesquisas municipais foram, de certa forma, explicitados. Convém desvendar os meandros das pesquisas censitárias, suas implicações técnicas, teóricas e metodológicas.

2. CENSOS DE FAVELA: CONCEITOS, VARIÁVEIS E PROBLEMAS

2.1 problemas relativos ao conceito utilizado

O Censo, enquanto fonte institucional de dados, responde a questões práticas e analíticas relevantes e prioritárias para o Estado. Dentro desse quadro é que vou analisar de forma mais detalhada as questões conceituais, a forma de coleta e o potencial dos dados recolhidos para estudo do tema favela.

Em 1950 o IBGE decidiu pela primeira vez incluir a favela na contagem de população (Guimarães, 1953, apud Preteceille e Valladares, 2000). Na publicações para São Paulo, entretanto, apenas em 1980 dados específicos apareceram. Segundo Guimarães, “a conceituação oficial considerou como favelas os aglomerados que possuíssem, total ou parcialmente, as seguintes características:

- *Proporções mínimas* – agrupamentos prediais ou residenciais formados com número geralmente superior a cinquenta;
- *Tipo de habitação* – predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com folha de flandres, chapas zincadas ou materiais similares;
- *Condição jurídica da ocupação* – construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
- *Melhoramentos públicos* – ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
- *Urbanização* – área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento”.

Entre os critérios utilizados, quatro referem-se aos aspectos físicos: tipo de habitação, tamanho do assentamento, melhoramentos públicos e urbanização. Um aspecto – o critério em comum com as definições de outros trabalhos paulistanos – refere-se ao estatuto jurídico: ocupação ilegal da terra. O IBGE, desde então, continua basicamente utilizando a mesma definição para o que denomina aglomerado sub-normal, ou seja, a favela.

A habitação das camadas populares no Brasil pode ser categorizada em algumas alternativas fundamentais, conforme o estatuto jurídico da terra (invadida ou comercializada) e a densidade do habitat (individual ou coletivo).

ALTERNATIVAS HABITACIONAIS

HABITAT	TERRENO	
	Invadido	Comercializado
INDIVIDUAL	Favela Invasões coletivas	“periferia” produção direta e/ou locação
COLETIVO	Invasão de unidades acabadas ou em construção	Cortiços Conjuntos de interesse social Apartamentos kitchnette

Sumarizando, há unidades do chamado “mercado ilegal” (invasões em terrenos públicos e/ou particulares e em unidades construídas e/ou em construção) e do “mercado legal”, tanto público (conjuntos populares de casas ou apartamentos) como privado (unidades na chamada periferia, ocupadas por donos ou por locatários) e habitações coletivas, nas suas diversas modalidades. Diversos autores acrescentam a essas alternativas os pequeno apartamentos congestionados, independente da condição de propriedade (Velho, 1975; Suttles, 1971). Hoje os sem – teto estão espalhados por todo o tecido urbano. Não entram, entretanto, como alternativa habitacional, já que são o exemplo de sua falta.

Como afirmam Leeds & Leeds (1978, p152), o “único critério uniforme que distingue as áreas invadidas dos outros tipos de moradia na cidade é o fato de constituírem uma ocupação ‘ilegal’ da terra, já que sua ocupação não se baseia nem na propriedade da terra nem no seu aluguel aos proprietários legais”.

Todos os outros critérios freqüentemente utilizados para distinguir as favelas dos outros tipos de moradia se aplicam apenas parcialmente. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, geralmente as invasões se dão gradualmente, sem traçado planejado. As invasões coletivas de terras existem, mas são a minoria. Em São Paulo, as invasões coletivas datam de 1982, sendo raras até hoje. Lima, no Peru, entretanto, é notável pelo número de “barriadas” oriundas de movimentos coletivos de ocupação de terras e com traçado físico regular. Em relação ao material de construção predominante, as moradias das favelas da cidade de São Paulo, antes barracos de madeira e zinco, hoje são predominantemente de alvenaria: 51% em 1987, 75% delas em 1993. Grande parte das favelas paulistanas apresenta alguns melhoramentos públicos, como luz (82,2% das moradias), água potável (71% das moradias), coleta de lixo e mesmo esgoto.

Assim, a variável mais adequada à definição de favela é o estatuto jurídico da terra. Tanto as definições das pesquisas da Prefeitura Municipal (1973, 1975, 1987 e 1993), como a de 1980 do IPT- FUPAM, consideram favela “todo o conjunto de unidades domiciliares construídas em madeira, zinco, lata, papelão ou alvenaria, em geral distribuídas desorganizadamente em terrenos cuja propriedade individual do lote não é legalizada para aqueles que os ocupam” (São Paulo, Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano, 1988,p 5). O IBGE também enfatiza os mesmos aspectos,

apenas agrega à variável terreno invadido o tamanho do aglomerado. Para o IBGE, desde 1950, e isso foi enfatizado nos Censos de 1980 e 1991 e na Contagem de População de 1996, favela é **um setor especial do aglomerado urbano formada por pelo menos 50 domicílios, na sua maioria carentes de infra-estrutura e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores**. Para as pesquisas de 1973, 1975, 1980, 1987 e 1993, definiu-se como favela quando havia no mínimo 2 unidades habitacionais com as características acima mencionadas. Ficaram excluídas domicílios isolados e acampamentos.

O critério de computar apenas aglomerados com 50 unidades e mais explica parcialmente a subestimativa da população favelada pelos Censos. Em 1987, em São Paulo, 21,93% da população favelada morava em assentamentos de menos de 51 unidades domiciliares. A pesquisa de 93 mostra que as favelas pequenas, de 2 a 50 domicílios, agrupavam 21,2% das casas. As grandes favelas, com mais de 1000 unidades habitacionais, serviam de local para apenas 12,9% dos domicílios favelados. A moda estatística em relação o tamanho das favelas em São Paulo era representada por assentamentos entre 51 e 400 casas (51,1% das casas faveladas).

O tamanho dos aglomerados depende diretamente da topografia da cidade e do tipo de terreno disponível para invasão. Em São Paulo, as favelas ocupam geralmente terras de uso comum de loteamentos, glebas pequenas, quando comparadas com as do Rio de Janeiro, onde as favelas galgam os morros, ou Salvador, onde invadem o mar. Dessa forma a subestimação em São Paulo tende a ser maior que no Rio, onde, já em 1969, 62,7% das favelas tinham mais de 100 domicílios, sendo que 6,4% mais de 1500 (Parisse, 1969).

A última estimativa da população favelada paulistana foi feita pela FIPE, em 1993. Fornece um total de 1.901.894 pessoas. Esta estimativa, em princípio, deveria conter uma subestimação, dados que a pesquisa FIPE baseou-se no Cadastro de Favelas de 1987, não computando favelas novas. Para os estudiosos do assunto, entretanto, o número surpreendeu, já que não se imaginava 20% da população municipal em favelas. Acreditou-se, numa primeira impressão, em um superdimensionamento do fenômeno. Um dos possíveis fatores de superestimação foi contornado: como a pesquisa FIPE foi realizada através de re - contagem de assentamentos sorteados na base 87, em amostragem estratificada por tamanho do assentamento e Administração Regional, poder-se-ia, em princípio, em favelas próximas, contar casas de uma das favelas como sendo aumento de outra, e portanto superestimar o incremento domiciliar. Isto foi verificado e expurgado. Tanto o poder municipal como os meios acadêmicos tem aceitado a estimativa FIPE como verdadeira.

Retroprojetando esta estimativa para 1991, data do Censo, obtém-se uma população favelada para 91 de 1.434.112 pessoas. A população favelada pelo IBGE 1991 foi de 711.032 pessoas, em 146.891 domicílios. Supondo que 21,93% da população favelada em assentamentos pequenos não tenha sido computada, a população favelada IBGE seria de 866.961 pessoas em 1991, em São Paulo. A diferença entre a estimativa FIPE e a do IBGE chega a mais de 500 mil favelados, quase 40% em relação à estimativa FIPE. Como pode ser visto, o diferencial entre os números do IBGE e os da Prefeitura Municipal aumentou bastante: era de cerca de 7% e subiu para 40%.

Os dados censitários para as favelas tem sido objeto de controvérsia. No Censo de 1980, os resultados foram fruto de tabulação especial da variável situação, que categorizava cidade ou vila, área urbana isolada, aglomerado rural e zona rural. A publicação hoje disponível com dados de favela de 1980 é a Sinopse Preliminar, com listagem das favelas por nome, número de domicílios e número de pessoas, em cada município. Pelo Censo de 1980 não é possível separar domicílios totalmente próprios dos com apenas a construção própria. No item condição de ocupação existem as categorias próprio pago e em aquisição, alugado, cedido (por empregador ou particular) e outro. Em relação aos domicílios rústicos, o Censo de 1980, no boletim da amostra, caracteriza paredes, piso e cobertura.

Já o Censo de 1991 e a Contagem de 1996 apresentam a variável localização (variável 0202), com as categorias casa ou apartamento isolado ou em condomínio, em conjunto popular e em aglomerado subnormal. Outra variável permite também identificar a favela, a variável setor (variável 1061). Em princípio, deveria existir coincidência total entre as duas apurações. Na contagem de 1996 a diferença entre as apurações por estas 2 entradas foi mínima: apenas 491 domicílios, sendo que a variável 1061, setor, fornecia 177.141 domicílios em favela e a variável 0202, localização, 176.650 casas em aglomerado subnormal. As diferenças se davam em apenas 3 distritos – Bom Retiro, Cachoeirinha e Jaçanã.

Para o município do Rio de Janeiro, entretanto, em 1991, entre 236.354 unidades habitacionais em aglomerados subnormais, verificaram-se 16.147 domicílios não favela (6,83% do total de aglomerados subnormais e 1% do total de unidades domiciliares). (Preteceille e Valladares, 2000). Como variável controle, a referente à condição de ocupação poderia auxiliar, dado que nas unidades faveladas apenas a construção é própria, nunca o terreno. Para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entretanto, tanto nos setores favela como nos não favela surgiu a categoria “ só a construção própria”. Entre as casas da favela, onde se esperava que todas as unidades tivessem propriedade da terra irregular, computou-se 86 mil moradias com terreno próprio. E, entre as unidades não favela, surgiram quase 150 mil que declararam apenas a construção própria (cerca de 9% do estoque total de moradias) (Preteceille e Valladares, 2000, p 389).

No município de São Paulo, o número de domicílios com apenas a construção própria alcançava, em 1991, 176.774, 7,27% do total de domicílios do município. Para o mesmo ano, pela mesma fonte, o total de casas em aglomerados subnormais foi de 146.891. Existem, de forma paradoxal, unidades domiciliares (29.883) onde só a construção seria própria – definição de favela – e que não estão em favela. É claro que podem existir unidades em terrenos cedidos e/ou alugados, mas parece improvável a existência de quase 30 mil casas em tais terrenos, sabendo que o aluguel ou cessão de terras é pouco comum para habitação na cidade.

Este paradoxo- já que na favela pode-se ter casas próprias, alugadas ou cedidas, mas sempre em terrenos ocupados irregularmente e de outro lado, seria difícil se ter, na cidade de São Paulo, quase 30 mil unidades habitacionais não favela em terrenos alugados ou cedidos, indica o pouco que conhecemos do fenômeno. Preteceille e Valladares (2000, p 390) comentam que os dados cariocas “podem também estar revelando a tendência, já em curso há algum tempo, de regularização da ocupação de tais áreas.” Isso explicaria, no Rio

de Janeiro, a presença de mais de 86 mil famílias proprietárias do terreno em aglomerados subnormais, ou seja, em favela, onde teoricamente todas as unidades teriam condição de propriedade do terreno irregular. Seriam moradias em lotes ocupados inicialmente por invasão e posteriormente legalizados.

2.2 problemas relativos ao processo de coleta

Como já foi dito, o IBGE considera aglomerado subnormal “um setor censitário quando nele existem cinquenta ou mais casas faveladas contíguas”. (Guimarães, 2000, p 353). Caso um aglomerado possua 20 casas num setor e 40 em outro setor, esses setores não são considerados favela, o que vai subestimar a realidade. De outro lado, existindo cinquenta e uma moradias faveladas, todo o setor será considerado como aglomerado subnormal, mesmo que nele existam casas não faveladas.

Assim, o processo de coleta censitário pode levar a distorções da realidade. Percebe-se que tanto o conceito, como o processo de coleta de dados incorporam problemas que tornam o resultado censitário sujeito à críticas.

De outro lado, a pesquisa de 1987 foi realizada com amostragem pequena, confiança de 90% e erro de 0,08. O número total de moradias amostradas foi de 1600, estratificadas por Administração Regional. A contagem de assentamentos e domicílios deve estar correta. Mas a pesquisa de 1993 foi montada numa base de dados com certa desatualização, e sua amostragem, embora envolvendo 18.599 pessoas e 3704 domicílios, investigou apenas 163 favelas. O total estimado para São Paulo é mais de 1.500 aglomerados favelados. Pode estar havendo alguma distorção.

Em Belo Horizonte, Guimarães (2000) coordenou um levantamento dos setores censitários favelados, cotejando-os com informações dos mapas da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). A partir da identificação dos setores censitários ocupados por favelas, foi feito um cálculo do percentual de ocupação da mancha de favela no setor e os dados foram sistematizados e corrigidos. Isso não foi feito para São Paulo.

Entretanto, mesmo sabendo do possível erro embutido na quantificação de favelas e favelados nos Censos Demográficos, sua utilização para caracterização de aspectos da moradia e da população é preciosa. E a análise comparativa entre alguns resultados do Censo de 1991, da pesquisa FIPE e da Contagem de 1996 mostram que, apesar da diferente conceituação e metodologia, falam da mesma coisa. A sensibilidade dos técnicos envolvidos com o fenômeno indica que deve haver uma superestimação nos dados da FIPE e um subestimação nas informações do IBGE. A pesquisa sobre as condições de vida da população metropolitana (PCV- 1998, F. Seade) fornece um percentual de 6,2% da população metropolitana em barracos isolados e em favela em 1994 e 9,1% em 1998.

3 PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS

3.1 dimensão e espacialização do fenômeno

Embora os dados censitários sejam considerados subestimados para o dimensionamento das favelas em São Paulo, constituem importante parâmetro tanto para a mensuração das taxas de incremento da população favelada, como para análise das características da moradia e da população favelada.

Em 1980, a publicação fornece apenas os nomes das favelas e seu total populacional; já em 1991 e 1996 os resultados podem ser espacializados e algumas especificidades populacionais mostradas. Neste paper, não farei comparações com resultados da FIPE. A espacialização para 91 e 96 acompanhará a divisão da cidade por anéis, tal como foi exposto no trabalho “A cidade dos anéis” (Taschner e Bógus, 2000).

Tabela 1 - Município de São Paulo – população favelada

ANO	POPULAÇÃO FAVELADA
1980	335.344
1991	711.032
1996	747.322

Fonte - FIBGE Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996

A taxa de crescimento da população favelada entre 1980 e 91 foi 7,07% anuais, bem maior que a taxa de crescimento da população municipal no mesmo período (1,16% anuais). Embora os dados censitários forneçam números bem inferiores aos da FIPE/SEHAB (quase 2 milhões de pessoas em favelas em 1993), mostram um crescimento significativo dos favelado no período. Isto parece ser um consenso entre os estudiosos do tema – foi nesta década que as favelas se espalharam no tecido urbano e se adensaram.

Tabela 2 – Município de São Paulo – Taxas de crescimento anuais para a população total e a população favelada, 1991 –1996, por anel, em %

ANEL	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO FAVELADA
<i>Central</i>	-2,79	0
<i>Interior</i>	-2,43	-12,24
<i>Intermediário</i>	-1,44	-3,11
<i>Exterior</i>	-0,51	-1,32
<i>Periférico</i>	2,48	3,06
<i>Total</i>	0,40	1,00

Fonte – FIBGE: Censo Demográfico de 1991 e Contagem Populacional de 1996

Entre 1991 e 1996, a população favelada paulistana continua a crescer mais que a população como um todo: 1% ao ano, enquanto que a total aumenta a apenas uma taxa de 0,40% anuais. E, assim como para o município, o crescimento da população favelada foi estritamente periférico. Pela Tabela 3, percebe-se que a taxa de incremento da população favelada é positiva e bastante alta apenas no anel periférico.

Assim como o crescimento dos domicílios do município como um todo é nitidamente periférico, os domicílios das favelas também crescem mais acentuadamente no anel periférico, conforme a Tabela 2. É interessante notar que, embora as taxas de crescimento dos domicílios totais sejam positivas nos anéis central, interior e intermediário, as respectivas taxas de crescimento populacional são negativas (Tabela 3), apontando para a hipótese de que o número de pessoas por moradia deve estar diminuindo muito na área central da cidade. Para o total do município, a densidade domiciliar passou de 3,9 em 1991 para 3,5 em 1996.

Tabela 3 –Município de São Paulo - Taxas de crescimento anual para os domicílios totais e favelados, 1991-1996, por anel, em %

ANEL	DOMICÍLIOS TOTAIS	DOMICÍLIOS FAVELADOS
<i>Central</i>	0,72	0,00
<i>Interior</i>	0,92	-10,44
<i>Intermediário</i>	1,06	-0,76
<i>Exterior</i>	1,72	1,32
<i>Periférico</i>	4,78	6,05
<i>Total</i>	2,67	3,79

Fonte – FIBGE Censo Demográfico de 1991 e Contagem Populacional de 1996

O número de domicílios do município, que era de 2.435.346 em 1991, aumentou para 2.778.558 em 1996, um aumento portanto de 343.212, pouco menos que o dobro do incremento populacional nestes 5 anos, de 192.867 pessoas. O aumento da população favelada foi de 36.290 pessoas, ligeiramente maior que o de casas faveladas (30.013). Este aumento de unidades domiciliares deu-se sobretudo no anel periférico, com incremento de quase 28 mil moradias. No anel exterior o aumento foi de 3.227 domicílios, enquanto que nos 3 anéis centrais contactou-se uma perda de mais de 1200 casas em favelas.

Tabela 4 - Município de São Paulo: proporção de domicílios favelados, por anel, 1991 e 1996

ANEL	PROPORÇÃO 1991	PROPORÇÃO 1996
<i>Central</i>	0,05	0,00
<i>Interior</i>	0,62	0,34
<i>Intermediário</i>	4,17	3,81
<i>Exterior</i>	5,82	5,71
<i>Periférico</i>	9,15	9,73
<i>Total</i>	6,03	6,37

Fonte: FIBGE – Censo de 1991 e Contagem Populacional de 1996

Existem distritos paulistanos onde mais de 40% da população é favelada, como Vila Andrade, na zona sul – em 1991 tinha 42.735 da sua população morando em favelas, percentual que aumentou em 1996 para 45,69%. Tanto em 1991 como em 1996 Vila Andrade, na zona sul, Jaguaré, na zona oeste e Pedreira, também na zona sul, eram os que apresentavam maior percentual de população de população favelada. Muitos distritos da parte sul do tecido urbano paulistano tem cerca de 20% da sua população morando em favelas, como Cidade Dutra (20,04% em 1991 e 21,22% em 1996); Jardim São Luís (19,62% em 1991 e 21,01% em 1996); Capão Redondo (20,78% em 1991e 18,65% em 1996), Grajaú (18,95% em 1991 e 19,50% em 1996); Jardim Ângela (18,24% em 1991 e 15,75% em 1996). Na zona norte, Brasilândia e Cachoeirinha tem muitos favelados (15,50% e 15,35% em 1991 e 16,60% e 16,57% em 1996). Na zona leste, Sapopemba (10,71% em 1991 e 9,31% em 1996) lidera o ranking. Deve-se notar que na zona leste a maior parte dos distritos dos anéis exterior e periférico apresenta população favelada, mas com proporção menor que na zona sul. Os mapas anexos mostram setores censitários com favelas em 1991 e a proporção de domicílios favelados por distrito de 1991 e 1996.

O que se percebe é que tanto a localização como o crescimento da população favelada se dá fundamentalmente em zonas de preservação ambiental, tanto em zona de mananciais como na região montanhosa ao norte de São Paulo, o que configurava sério problema de saúde pública e do meio ambiente.

3.2 perfil populacional

Tanto em 1991 como em 1996 a proporção de mulheres era ligeiramente superior à de homens favelados (50,23% em 1991 e 50,33% em 1996). Esta é uma característica populacional da cidade como um todo, mais marcada ainda que na população favelada. Em 1996, 52% da população municipal era de mulheres. Na população total, a razão de masculinidade afasta-se mais de 50% quanto mais central for o anel estudado dentro do tecido urbano: assim, nos anéis central e interior aproxima-se de 55%, no anel intermediário era de 53% e nos exterior e periférico de 51%. A esta variação por sexo deve estar associada a variabilidade espacial em relação a renda, escolaridade e categoria sócio – ocupacional (conforme definida pelos projetos PRONEX, em Queiroz Ribeiro, 2000). Como a expectativa de vida é maior para o sexo feminino, e isso acentua-se nas camadas mais ricas, onde estão as classes mais favorecidas há presença maior de mulheres em grupos etários mais altos.

É interessante notar que a diferenciação por anel não ocorre na população favelada, nem em 1991 nem em 1996. Como isso se repete para outras variáveis, a hipótese da invariabilidade da população favelada por anel deve ser verdadeira. Em relação às categorias socio-ocupacionais, por exemplo, a análise fatorial como os 2.103 setores censitários favelados da área metropolitana de São Paulo (13,64% dos 15.422 setores censitários da Grande São Paulo em 1991) apontou por homogeneidade da tipologia sócio-ocupacional: as categorias presentes em todos os setores favelados forma os proletariados secundário e terciário e o sub-proletariado, numa proporção semelhante.

Para o município como um todo, continuava nítida em 1996 a proporção diferenciada de jovens e velhos por anel, com maior peso da população ente 0 e 15 anos no anel periférico, onde chega a alcançar 30% em 1996, contra 15,06% no anel central. Inversamente, a proporção de pessoas com 60 anos e mais é pequena na periferia (4,99%), subindo no anéis interior(16,84%) e central (14,85%). Na população favelada, tanto em 1991 como em 1996, vai existir quantidade maior de jovens em relação à população como um todo, mas de forma indiferenciada por anel. A proporção de pessoas entre 0 e 15 anos nas favelas foi de 41% em 1991 e 37% em 1996.

Em relação à cor, para o município como um todo a proporção de pretos + pardos em 1991 era de 29,28%, sendo que a proporção de não brancos aumentava em direção da periferia. Na população favelada, 53% se compõem de pretos e pardos, de forma indiferenciada entre os anéis. A associação cor - pobreza é nítida em São Paulo, mostrando-se espacialmente na concentração de não brancos nas zonas menos favorecidas: favelas e periferias.

Embora a Organização Mundial de Saúde estime em 10% o percentual de deficientes de uma população, os dados do Censo Demográfico de 1991 mensuraram 98,43% de pessoas sem nenhuma deficiência nas favelas paulistanas. Mesmo assim, existem quase 12 mil seres humanos com alguma deficiência morando nas condições precaríssimas da favela. Entre os deficientes, há uma maioria (2382, 20,23%) de deficientes mentais. O dado de deficiência

física e/ou mental teve maioria de resposta “deficiência ignorada” na favela (mais de 5.500 casos) , o que prejudica sua análise. Entre a sub-população dos chefes, o percentual de deficientes era de 1,29%; para os chefes favelados, 1,24%. Ou seja, não havia diferença entre a população total e a favelada.

Entre os 711.032 favelados computados pelo Censo Demográfico de 1991 em São Paulo, 349.467 (quase 50%) são migrantes. Desses migrantes, 27% estão no município há menos de 5 anos. Apenas 81 mil favelados chegaram em São Paulo depois de setembro de 1986 (11,38% do total). Em 1996, o fluxo migratório é ainda menos representativo nas favelas municipais: 8,56% da população favelada não residia no município em setembro de 1991. Observa-se que o percentual de migrantes é maior na população favelada que na população total, onde, em 1996, atinge 5,08%. Mesmo assim, não se compõe apenas de uma migração recente: 56,2% dos migrantes favelados em 1991 estavam no município há mais de 10 anos. Entre os chefes, o tempo de permanência na capital é maior: apenas 17,18% estavam em São Paulo há menos de 10 anos. Surpreende o fato que entre a população favelada há menos de 10 anos no município em 1991 (153.022 pessoas, 21,52% da população favelada), 60.171(quase 40%) seja oriunda de zona rural.

A região de origem habitual é o Nordeste, de onde vieram 71,66% dos favelados não naturais do município. Em 1991 computaram-se alguns poucos favelados europeus (da Itália e Portugal), da América Latina(Paraguai e Bolívia) e mesmo alguns sírios (em Sapopemba) e japoneses. Entre estrangeiros e naturalizados existiam 340 favelados. O perfil da origem (naturalidade) reflete-se na procedência: 73,75% da população há menos de 10 anos em São Paulo veio do Nordeste. Não se observou diferenciação na procedência dos favelados por anel. Em 1996, a predominância nordestina entre os migrantes favelados se mantém: 69,36% são oriundos do Nordeste; para a população como um todo, este percentual desce para 53,42%. O perfil de procedência é distinto entre os favelados e os migrantes como um todo: o percentual de nordestinos é menor na população total, mas o de procedentes do Sudeste e do Sul é maior (25,64% e 3,94% na população total contra 12,15% e 1,50% na população favelada, respectivamente).A proporção de procedentes do Centro Oeste é equivalente e a de estrangeiros, quase zero nos favelados ,é de 3% no total da população

3.3 pinceladas no perfil sócio-econômico

A população favelada é nitidamente menos escolarizada que a do município de São Paulo como um todo. Em 1991, 26% da população favelada acima de 5 anos não sabia ler nem escrever, ou seja, sequer conseguiam ler ou escrever um bilhete simples num idioma que conhecessem. Para a população municipal, esta porcentagem era bem menor, de 10,55%. Entre os favelados, o percentual de analfabetos era indistinto por anel; já no tecido municipal, o aumento em direção ao anel periférico era nítido, com pouco mais de 5% de analfabetos nos anéis centrais ,7% no intermediário, 10% no exterior e 13,5% no periférico.

Em 1996, 29,94% dos maiores de 5 anos favelados não apresentavam nenhum ano de escolaridade formal. Na outra ponta da meada, apenas 0,54% dos favelados apresentavam

12 e mais anos de escolaridade. Se, no município, a escolaridade variava por anel, sendo maior nos anéis central e interior, entre os favelados a distribuição por local da trama urbana é indiferenciada. Entre os chefes favelados, 12,86% não apresentavam nenhum ano de escolaridade, enquanto que para os chefes como um todo esta porcentagem atingia apenas 5,98%. Entre os chefes com mais de 12 anos de escolaridade formal, 11,71% dos paulistanos assim o eram, versus 0,30% dos chefes favelados. Percebe-se como forte característica dos favelados, em qualquer local do tecido urbano, a baixa escolaridade e a alta taxa de analfabetismo, quer absoluta, quer comparada com a paulistana.

Quando se caminha pelos meandros de uma favela, um elemento recorrente costuma ser o templo, em geral evangélico. Entre a população local menos politizada e com valores mais estremecidos pela vida metropolitana, aumentou bastante a conversão às novas seitas protestantes que enfatizam a necessidades de destruir o diabo através de rituais de exorcismo. “É o exorcismo, mais do que a adesão a uma ética de conversão, que está em destaque em algumas dessas novas religiões. Por trás dele, a idéia de um mal absoluto que explicaria a explosão de criminalidade violenta é a crença mais forte dessa população (Zaluar, 1998, p 224). Foi surpresa, assim, que 7,15% da população favelada tenha se declarado sem religião, em 1991, proporção maior que a de evangélicos pentecostais (6,67%). A maioria se declarou católica; 81,20%.

Outra especificidade da população favelada aparece na renda: entre os favelados acima de 10 anos, 32,23% usufruíam de renda até 2 salários mínimos mensais em 1991; para a população como um todo, essa porcentagem era de 24,96%. Na população como um todo, quase 7% das pessoas com 10 anos e mais ganhavam mais de 10 salários mínimos mensais; entre os favelados, apenas 0,26% (uns raros 1314 indivíduos) declararam ter esta renda. Mesmo o percentual dos sem rendimento era mais alto na favela – 45% , e 38% no total do município. Não há diferenciação de rendimentos entre os favelados dos diversos anéis. São todos igualmente pobres. Já na população total, a renda concentra-se nos anéis interior e central, diminuindo à medida que se afasta do centro geográfico: entre os estratos mais altos, com mais de 20 salários mínimos, os percentuais vão baixando do anel interior (7%) ao anel intermediário (4%), exterior (1,3%) e periférico (0,7%).

A Tabela 5 mostra que a renda média da população favelada que usufruía de algum rendimento era inferior a 2 salários mínimos, sendo inferior no anel central e pouco maior no anel interior. Isso pode estar sendo influenciado pelo pequeno número de pessoas faveladas com rendimento nestes anéis (115 no anel central e 2594 no anel interior). Nos outros anéis, a renda média era semelhante. Já na população como um todo, é nítida a distinção de renda entre os anéis, sendo a média maior nos anéis interior e central, decrescendo em direção à periferia. A renda média da população favelada era mais de 2 vezes menos que a renda média da população em geral.

Em relação à renda dos chefes, a diferença entre chefes favelados e totais é ainda maior, de quase 4 vezes. Novamente os rendimentos médios dos chefes paulistanos apresentam certo gradiente, descendo do anel interior para o periférico. Entre os favelados, nos anéis mais centrais existe uma pobreza extrema; no anel interior, a riqueza do meio é, de algum modo, assimilada pelos chefes favelados; nos outros 3 anéis as médias estão próximas.

Nota-se, entretanto, a especificidade da pobreza monetária dos favelados. São os mais pobres, em qualquer anel e em geral. Os chefes favelados menos pobres, de anel interior, s tem ainda menor renda média que os chefes paulistanos do anel periférico. Para a população como um todo, o fenômeno se repete: sempre a renda média na favela é inferior à renda da população no local mais pobre, o anel periférico. Contrariamente ao descrito sobre o Rio de Janeiro, onde “ as características de renda e de educação não distinguem as favelas dos demais bairros populares, muito embora as situações de maior pobreza se encontrem majoritariamente fora da favela” (Preteceille e Valladares, 2000, p 399), em São Paulo a favela se caracteriza como setor urbano onde se concentram os mais pobres e os com menos escolaridade.

Tabela 5 – Município de São Paulo : Renda média da população e dos chefes da favela e do município, por anel, 1991, em salários mínimos

ANEL	POPULAÇÃO		CHEFES	
	FAVELADA	TOTAL	FAVELADOS	TOTAIS
<i>Central</i>	0,98	6,43	1,32	11,23
<i>Interior</i>	2,25	7,23	2,83	12,71
<i>Intermediário</i>	2,02	5,77	2,36	10,46
<i>Exterior</i>	1,95	4,11	2,30	6,82
<i>Periférico</i>	1,97	3,34	2,31	6,38
Total	1,97	4,49	2,32	8,41

Fonte: FIBGE- Censo Demográfico de 1991

Se, no município, 51% da população com mais de 10 anos trabalhou habitualmente nos 12 meses que antecederam o Censo Demográfico de 1991, na favela o quadro não se mostrou distinto, com 52% nesta situação. Para o município como um todo, o percentual de indivíduos sem trabalho habitual crescia em direção da periferia. Na favela, esta fenômeno se repetia com menor intensidade.

O desemprego aparece como problema mas intenso na favela que no município como um todo: em 1991 havia 8% da população municipal acima de 10 anos desocupada procurando emprego; este percentual subia para 12% entre os favelados sem ocupação. Entre os sem ocupação não procurando emprego, o percentual favelado é também nitidamente maior: 9,63%, versus 5,26% na população total. De outro lado, a percentagem de aposentados é superior entre os desocupados como um todo que entre os desocupados favelados: 12,14% contra 4%, assim como a de pensionistas: 3,87% vs 1,32%. As porcentagens de estudantes e afazeres domésticos são equivalentes.

Concluindo, na favela o desempregado parece ser mais candente, tanto entre os que estão procurando emprego como entre os simplesmente desocupados. Os 52 mil favelados que estavam sem ocupação em 1991, procurando ou não emprego representavam 21,5% do total dos desocupados na favela. Para o município, a proporção dos sem ocupação + os procurando emprego representava 13,3% dos desocupados. Aposentados, pensionistas e pessoas que vivem de renda são mais raros na favela: apenas 2,32% da população favelada

total acima de 10 anos era aposentada em 1991, e 1,17% era pensionista. Na população como um todo estes percentuais chegavam a 6,89% e 2,83% respectivamente.

O trabalhador favelado difere do não favelado também quanto à posição na ocupação: apenas 6% da população acima de 10 anos do município como um todo era empregado doméstico, enquanto que entre os favelados o percentual sobe para 12%. A grande massa populacional paulistana é de empregados do setor privado (62,25%). Na favela, isso é ainda superior: 66,73%. Há pouquíssimos favelados empregadores (0,85%, contra 4,94% no município).

Contrariamente à expectativa, o percentual de trabalhadores por conta própria na favela foi bastante próximo (16,15%) ao mesmo percentual no município (15,52%). Na favela, não houve diferença espacial; para o município, o percentual de trabalhadores por conta própria aumentava nitidamente em direção ao anel periférico.

A comparação das categorias sócio – ocupacionais entre os chefes favelados e os chefes totais mostrou, como era esperado, profunda diferença. A proporção de subproletariado nas favelas supera a da população, a elite dirigente e a intelectual são praticamente inexistentes na favela. A favela parece ser o locus do proletariado secundário e terciário.

Tabela 6- Município de São Paulo - Categorias sócio-ocupacionais dos chefes totais e favelados, 1991, em 1991, em %

CATEGORIA	CHEFES TOTAIS	CHEFES FAVELADOS
<i>Ocupações agrícolas</i>	0,49	4,02
<i>Elite dirigente</i>	3,04	0,06
<i>Pequena burguesia</i>	8,37	3,18
<i>Elite intelectual</i>	8,08	0,33
<i>Classe média</i>	23,71	7,70
<i>Proletariado terciário</i>	31,72	39,51
<i>Proletariado secundário</i>	19,21	32,21
<i>Sub-proletariado</i>	5,37	13,01

Fonte: FIBGE;: CENSO Demográfico de 1991, categorias sócio-ocupacionais Pronex

Se, na população como um todo, a espacialização das categorias era nítida, com a elite dirigente e intelectual se concentrando no anel interior e o subproletariado no anel periférico, entre os favelados torna-se mais difícil perceber especificidade das favelas dentro da trama urbana. Como já foi dito, a análise fatorial das categorias pelos 2103 setores censitários favelados da metrópole não apontou nenhuma diferença notável. A proporção de sub-proletários nos 5 anéis variou pouco. Foi maior no anel central, mas o pequeno número de chefes analisado neste anel – apenas 52 – pode estar influenciando no resultado. Uma das hipóteses da análise fatorial é que existiriam pelo menos 2 tipos de favela em relação à ocupação dos moradores: uma mais proletária, com maioria de

operários da indústria de transformação, e uma outra mais ligada ao sub-proletariado e aos serviços. Essa hipótese não se verificou. As favelas, ao menos em relação às categorias sócio-ocupacionais, parecem ser espaços bastante homogêneos.

Em relação ao proletariado secundário, percebe-se uma maior proporção de chefes ocupados em favelas localizadas no anel periférico (46,85% dos chefes deste anel) e uma visível diminuição no anel interior (16,91% dos chefes do anel). De outro lado, no anel interior a proporção de proletariado terciário era 47,21%, enquanto que no periférico alcançava 56,41%. Nesta categoria a diferença entre os dois anéis não era grande.

Concluindo: os favelados trabalham em proporção semelhante aos não favelados, mas:

- entre os seus desocupados, há mais desempregados que aposentados e pensionistas quando se compara com a situação dos desocupados municipais;
- a proporção de domésticos é nitidamente superior que na população total, dentro da categoria sub-proletariado;
- não há diferença entre trabalhadores por conta própria na favela e na população total
- tanto entre favelados como entre não favelados, o percentual dominante é de empregados do setor privado;
- a proporção de empregados favelados com carteira de trabalho é equivalente (63%) a de não favelados(62%)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 1 a própria definição de favela do IBGE, que considera e computa apenas os aglomerados com “no mínimo 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno de propriedade alheia(pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e dessa e carentes, na sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE – Base Operacional, Manual de delimitação de setores e zonas de trabalho GR-7.01) trouxe indeterminação à estimativa do fenômeno. Mas, mesmo quando se tenta corrigir um dos prováveis erros, resulta inexplicável o diferencial em 1991, de quase 40% entre as estimativas IBGE corrigida e SEHAB/FIPE, quando comparada com a de 7% em 1980.
- 2 A variável que identifica o aglomerado “sub-normal” no formulário do Censo 2000 não consta mais. Aliás, tanto no questionário da amostra como da não amostra a parte referente ao domicílio foi extremamente simplificada, com perda de dados importantes. O desaparecimento de quaisquer referências a materiais de construção torna impossível a quantificação dos domicílios rústicos, sumindo série histórica essencial para a determinação de metas quantitativas da política habitacional. No conceito de déficit habitacional entram moradias rústicas, improvisadas e moradias com mais de um família convivente. No Censo 2000 aparece a questão do improvisado e é possível saber a existência de famílias conviventes. Mas, sem materiais, não dá para saber os rústicas – domicílios em cuja construção há predominância de material improvisado (taipa não revestida, madeira aproveitada, vasilhame, palha, sapé, adobe e similares). Assim fica

dificultado o dimensionamento de déficit de moradias. E os dados de favela que, mesmo de forma deficiente, permitiam ao menos verificar a evolução do fenômeno, foram também prejudicados.

- 3 Uma pergunta que era recorrente: como estão e como ficariam as faveladas com posse regularizada? A definição do IBGE incluía na categoria favelas regularizadas em “período recente”. 10 anos? Pela definição, favelas em terras legalizadas deixam de ser favelas, mesmo que fisicamente carreguem as marcas da irregularidade: ruas mais estreitas, coeficientes de aproveitamento dos lotes mais altos, lotes menores, etc.
- 4 “Neste artigo, o que se buscou foi retratar uma realidade em números, o que encontra sua justificativa no esforço de trazer a público um conjunto de dados sobre o universo das favelas. Muito de fala a respeito dessa realidade, na maioria das vezes a partir do senso comum, experiências de vida ou reportagens sobre o assunto, sendo menos comuns os levantamentos estatísticos a ela referentes.” (Guimarães, 2000, p 372).
 - Uma das primeiras coisas que os números indicam é a existência de um processo de crescimento das favelas – a população favelada tem crescido, desde 1980, a taxas maiores que a população municipal. No período entre 1980 e 1996, a população favelada cresceu a uma taxa anual de 5,14% e a população municipal a 0,92%.
 - As favelas alocam-se preferencialmente na periferia, e sua taxa de crescimento é também, maior na periferia. Entre 1991 e 1996, quando o incremento favelada era de 1% anual, o do anel periférico foi de 3,06%; no aumento de 30 mil domicílios favelados no período, 93% deram-se na periferia. A proporção de favelados na população municipal alcançou 6,37% em 1996, mas no anel periférico chegou a quase 10% (9,73%). Em alguns distritos é elevada, como em Vila Andrade, onde ultrapassa 40%.
 - A razão de masculinidade é maior na população favelada que na total – ou seja, a proporção de homens é maior em relação à população municipal – e a população favelada é mais jovem; uma especificidade da população favelada é sua proporção de não brancos (53% de pretos + pardos; este percentual para o município de São Paulo não atingia 30%).
 - Embora os favelados sejam não naturais, oriundos sobretudo do nordeste, não são migrantes recentes. Apenas 81 mil chegaram na capital após 86 (11,38% do total dos migrantes) e 8,56% dos favelados não residiam em São Paulo em setembro de 1991. A relação direta favela – migração não se sustenta.
 - Como perfil sócio – econômico, a população favelada paulistana apresenta certa especificidade: sua taxa de analfabetos é maior – 26% da população favelada e 10% da municipal, sua renda é muito mais baixa- renda média de 1,97 salários mínimos em 1991, quando a renda municipal era de 4,49. A estrutura tanto dos desocupados como dos ocupados é distinta: são raros aposentados, pensionistas ou pessoas que vivem de rendas na favela. Os desocupados favelados em geral estão desempregados. Entre os ocupados, o percentual de domésticos, empregados ou por conta própria, é superior ao da população como um todo. Os favelados são majoritariamente empregados do setor privado, com carteira de trabalho. A comparação da estrutura de categorias sócio- ocupacionais entre chefes favelados e

chefes totais mostrou dominância, entre os favelados, de proletários e sub-proletários.

- Não parece existir grande especificidade populacional entre as distintas áreas faveladas. As favelas diferem quanto ao grau de estruturação, ao melhoramentos, condições sanitárias, etc. Mas há indicações de grande semelhança entre sua população. De outro lado, a população favelada é mais pobre, menos escolarizada, com maior proporção de sub-proletários, de não brancos e de jovens que a população como um todo.

5. BIBLIOGRAFIA

FINEP – GAP (1985) - **Inventário da ação governamental** Rio de Janeiro

GUIMARÃES, A P. (1953) - As favelas do Distrito Federal **Revista Brasileira de Estatística v 14, nº. 51**, julho/setembro, p 250-278

GUIMARÃES, B.M. (2000) – As vilas – favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números in QUEIROZ RIBEIRO,L.C. (org) - **O Futuro das Metrôpoles** Rio de Janeiro, Revam, p 351-374

LEEDS,A e LEEDS,E. (1978) - **A Sociologia do Brasil Urbano** Rio de Janeiro, Zahar

QUIROZ RIBEIRO, L.C.(org) (2000) - **O Futuro das Metrôpoles** Rio de Janeiro, Revam, 2000

PARISSE,L. (1969) **Favelas do Rio de Janeiro – evolução, sentido** Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais (Cadernos do CENPHA 5) Rio de Janeiro

PRETECEILLE,E. e VALLADARES,L (2000) - Favela, favelas: unidade ou diversidade na favelacarioca in QUIROZ RIBEIRO,L.C. (org) - **O Futuro das Metrôpoles** Rio de Janeiro, Revam, p 375-403

SUTTLES,G (1971) - **The Social Order of the Slum** Chicago, University of Chicago Press

TASCHNER, S.P. e BOGÚS, L.M.M. (2000) A cidade dos anéis in QUEIROZ RIBEIRO,L.C. (2000) – **O Futuro das Metrôpoles** Rio de janeiro, Revam, p 247-284

VELHO,G. (1975) – **A utopia urbana** Rio de Janeiro, Zahar